

## O Último Concorde para Paris

O Banco Central jogou a toalha. Convencido da inoperância de suas intervenções no sentido de tentar frear a desvalorização do dólar norte-americano frente ao real, resolveu deixar que o mercado se ajustasse. Ainda há a ocorrência de algumas tímidas intervenções, é verdade, mas nada que se compare com a política agressiva que vinha sendo mantida desde o início do ano, resultando na aquisição, por parte do BC, de um volume de US\$ 42,8 bilhões<sup>1</sup> junto ao mercado.

"O dólar vai à lona", "abriu a porteira", foram algumas das muitas manchetes de jornais dos dias 16 e 17 de maio, quando a taxa de câmbio rompeu o suporte de R\$2,00/US\$1,00, que perdurava há mais de seis anos. No dia 16 o mercado fechou com o dólar cotado em R\$1,954 e chegou a apresentar uma mínima de R\$1,95 - o que não ocorria desde janeiro de 2001<sup>2</sup>. Quem ganha e quem perde com isso? Dólar em baixa significa produtos brasileiros mais caros em dólar (os importadores estrangeiros devem desembolsar mais dólares para trocar pela mesma quantidade de reais necessária para comprar os nossos produtos) e produtos estrangeiros mais baratos em real (nós precisamos desembolsar menos reais para adquirir a mesma quantidade de dólares necessária para comprar produtos importados). Nesse contexto, podemos dizer que alguns produtos brasileiros perderão competitividade, pois não terão preço para competir com os produtos estrangeiros. Esse é um aspecto que com certeza deve ser considerado. Por outro lado, o custo de produção de um grande número de produtos brasileiros que utilizam componentes importados cairá drasticamente, o que poderá ser repassado para

<sup>1</sup> Fonte: Banco Central do Brasil.

<sup>2</sup> Idem.

o preço final de tais produtos. O barateamento das importações também irá promover uma maior concorrência nos mercados nacionais, muitos deles notadamente cartelizados ou monopolizados. Esse aumento da concorrência causará uma pressão para baixo nos preços praticados nesses mercados, beneficiando os consumidores e reduzindo a inflação. O governo, preocupado com o efeito perverso da desvalorização do dólar sobre os setores exportadores estuda medidas compensatórias, uma vez que as intervenções diretas no mercado cambial se tornaram inócuas. As especulações giram em torno da redução dos juros para o setor agrícola, redução dos encargos trabalhistas, aumento de alíquotas de importação e ampliação da lista de bens de capital isentos de IPI, PIS e COFINS.

Em um breve comentário das possíveis medidas a serem adotadas pelo governo, pode-se dizer que a redução do juro agrícola seria bastante positiva. O endividamento dos agricultores é de cerca de R\$60 bilhões<sup>3</sup> e uma redução na taxa de juros poderia aumentar a competitividade do setor. O problema é que o governo está sinalizando uma redução de até dois pontos percentuais na taxa, enquanto o mercado alega a necessidade de redução de pelo menos quatro pontos percentuais. Reduzir encargos trabalhistas também seria bastante desejável para nossa economia, sobretudo para o setor exportador que concentra um grande número de empresas cujo modelo de produção é intensivo em trabalho<sup>4</sup>. Além de gerar economias na folha de pagamento, reduzindo assim o custo, a medida abriria um caminho para o aumento do nível de emprego. Seria igualmente interessante a redução da carga tributária que incide sobre os bens de capital. O mesmo não se pode dizer da intenção de elevar alíquotas de importação. Recorrer a práticas protecionistas significa um retrocesso em termos de comércio internacional. Com que autoridade poderíamos reclamar dos subsídios americanos e europeus concedidos aos seus agricultores, por exemplo, se estivéssemos uti-

<sup>3</sup> Fonte: Banco do Brasil.

<sup>4</sup> Utilização de muita mão-de-obra e pouco capital.

lizando recursos igualmente nefastos para coibir o livre comércio?

Ao mesmo tempo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, demonstrou estar na contramão da história quando descartou a possibilidade de reduzir as alíquotas de importação para compensar a entrada de dólares no país. Todas as supracitadas medidas, mesmo as positivas, podem resultar em uma série de "efeitos colaterais" indesejáveis. Estimular as importações, por sua vez, via redução de alíquotas, seria resolver um problema criado pelo mercado<sup>5</sup> através de uma solução do próprio mercado.<sup>6</sup> Em vez de ficar lamentando a perda de competitividade da nossa indústria, o governo poderia, facilitando as importações e aproveitando o real valorizado, promover a modernização do nosso parque industrial com aquisição de bens de capital e novas tecnologias, tornando-o competitivo de fato e não por protecionismos alfandegários. Em 1974 os ministros Mário Henrique Simonsen e João Paulo dos Reis Veloso (da Fazenda e do Planejamento, respectivamente) endividaram o país com os petrodólares para promover a consolidação do nosso processo de industrialização pesada. Na ocasião, para defender a medida, diziam ser esse endividamento "o último trem para Paris", ou seja, a última oportunidade do Brasil ingressar no seleto grupo de países industrializados. O choque nos juros norte-americanos em 1979, promovido pelo então presidente do FED<sup>7</sup> Paul Volcker, culminou com a elevação dos juros internacionais, impactando de forma perversa a nossa dívida externa e tornando-a um grave problema que se alastrou por toda a década de 80. Hoje, o Brasil tem a oportunidade de dar um salto qualitativo em sua estrutura industrial utilizando tão somente a Balança Comercial. O último trem para Paris já partiu, mas ainda dá tempo de embarcar no último Concorde.

5 Volume de exportações maior que o de importações => aumento da oferta de dólares => desvalorização do dólar.

6 Aumento do volume de importações => diminuição da oferta de dólares => valorização do dólar.

7 O Banco Central norte-americano.